

Crescimento CIP lança plano para a economia pós-covid

Confederação patronal vai entregar ao Governo pacote de propostas para pôr fim a um período de duas décadas de “crescimento anémico”

A CIP — Confederação Empresarial de Portugal já concluiu o trabalho, anunciado em março, de estudo dos desafios da economia portuguesa e de desenho de um plano para ajudar o país a recuperar num contexto pós-pandémico. A ideia é conseguir resultados melhores do que o “crescimento anémico” das últimas duas décadas, defende Óscar Gaspar, membro da direção da CIP.

O documento da CIP, consultado pelo Expresso, será formalmente apresentado ao Governo pela confederação patronal na próxima semana, e elenca um conjunto de propostas

em dez áreas, que vão dos fundos comunitários aos custos de contexto, passando pela transição digital, estratégia industrial e mercado laboral. O documento não sugere áreas de atividade em que o país deva apostar mais nos próximos anos porque, nota Óscar Gaspar, “a CIP não faz considerações setoriais, já que representa 150 mil empresas de diversos sectores”.

Intitulado “Uma Estratégia de Crescimento e Competitividade”, o documento da CIP arranca com um apelo do seu presidente, António Saraiva. “Temos que pensar a economia pós-pandémica. O país tem que assumir, de uma vez por todas, a necessidade de ganhar competitividade, prosseguir o desenvolvimento, ter mais e melhor investimento e emprego”, destaca Saraiva, acrescentando que “as novas gerações, mais capacitadas e felizmente mais exigentes, não admitem um país adiado”.

Óscar Gaspar contextualiza o espírito deste novo relatório da CIP. Se no ano passado a confederação se bateu pelos auxílios de emergência às empresas, agora o desafio é distinto. “Já não estamos a fazer propostas para a tesouraria das empresas, estamos a focar-nos no que é estrutural”, afirma ao Expresso. Notando que ainda há nas políticas públicas algum “preconceito face à iniciativa privada” e também fenómenos de



Óscar Gaspar faz parte da direção da CIP FOTO ANTÓNIO PEDRO FERREIRA

“complicação” e “burocracia”, a CIP propõe algumas soluções para facilitar a vida aos empresários.

Uma das propostas da entidade é que os avisos para fundos comunitários deixem de ter janelas temporais para apresentação de candidaturas e passem a permitir, pelo menos em alguns programas, um “acesso contínuo”. A CIP defende que “devem ser abolidos os concursos de acesso e seleção, sendo os mesmos substituídos por sistemas de acesso continuado”. “Se uma empresa tem uma oportunidade no mercado, o momento [para realizar um projeto e obter apoio]

pode ser agora e não nove meses depois”, afirma Óscar Gaspar.

Outra proposta da CIP passa por “assumir a boa-fé declarativa” das diversas entidades e facilitar o acesso a novos apoios de empresas com um histórico conhecido de participação em avisos e de cumprimento das regras. “Portugal tem décadas de historial nos fundos comunitários. O Estado conhece o registo e a experiência das empresas. Há condições para o Estado acelerar os processos”, observa ainda Óscar Gaspar.

O pacote de sugestões da CIP também propõe intervenções legislativas cirúr-

gicas para “garantir a simplificação dos procedimentos no âmbito do Código dos Contratos Públicos”. E faz várias recomendações ao nível da capitalização das empresas, sendo uma delas a conversão de garantias estatais em incentivos a fundo perdido. “Para as empresas que mantiverem a atividade económica e garantirem a manutenção do emprego, sem redução da massa salarial, a garantia de Estado seria transformada em incentivo não reembolsável (fundo perdido) como apoio ao emprego para os próximos quatro anos”, sugere a CIP. Além disso, defende a criação de um fundo de capitalização de emergência na órbita do Banco Português de Fomento com €3 mil milhões.

Embora não promova sectores de atividade em concreto, a CIP defende ainda, nesta estratégia, que se trabalhe em *clusters* em áreas com potencial de crescimento e que se desenvolva uma estratégia industrial. O reforço de competências digitais dos trabalhadores é outra das linhas apontadas pela entidade no relatório agora concluído.

Segundo Óscar Gaspar, é intenção da CIP nos próximos anos ir fazendo uma avaliação do que foi e não foi incorporado nas políticas públicas a partir deste relatório e “ajustar a sua estratégia” em função das necessidades das empresas ao longo do tempo.

MIGUEL PRADO
 mprado@expresso.impresa.pt